



O dever da ABDE

Os bancos de desenvolvimento passaram a ser considerados e a ganhar importância com a criação do Banco Mundial, depois da 2ª Grande Guerra (1939-1945), cuja primeira missão foi dar suporte às economias que procuravam suplantar as dificuldades econômicas resultantes daquele conflito bélico, sobretudo na Europa.

O sucesso do Banco Mundial, com o Plano Marshall, na indução do recobrimento da viveza econômica nos países europeus mais afetados pelos estragos da Guerra, persuadiu muitas comunidades nacionais de outros continentes a criarem instituições congêneres, nos seus territórios, com o intuito de colaborar para a expansão das respectivas economias. Muitos corresponderam às expectativas que lhes deram origem.

O exemplo que aqui no Brasil não podemos ignorar foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), nosso principal banco de desenvolvimento. Sem o BNDES não contaríamos com o parque industrial de que dispomos atualmente, primeiro na América Latina, tanto em capacidade de produção quanto na quantidade de bens diferenciados que produz para o mercado, em média de boa qualidade.

O BNDES foi instituído pela Lei nº 1.628, de 18 de junho de 1952. Tudo começou como resultado do Act for International Development, de 1950, que autorizou a formação de comissões mistas dos Estados Unidos com países do continente. Já em 19 de julho de 1951 tiveram origem os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), cujos andamentos contribuíram para observar-se a necessidade da criação de uma entidade financeira comprometida com o processo de desenvolvimento econômico que os estudos da CMBEU passaram a indicar. Onze meses adiante nascia o BNDE. Antes, haviam sido instituídos o Banco do Brasil, em 1808, e a Caixa Econômica, em 1861. Mas o BNDE foi o primeiro voltado, exclusivamente, para fornecer empréstimos de longo prazo. Transformou-se no grande suporte do processo de industrialização nacional. Sem demérito dos profundos e marcantes serviços prestados à economia nacional pelo Banco do Brasil. Aliás, o Banco do Brasil exerceu por longo tempo a função de autoridade monetária, tendo sido criado dentro de sua estrutura, em 1945, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), espécie de embrião de Banco Central, com a missão de combater a instabilidade macroeconômica. Por outro lado, antes da Sumoc, incorporou, em 1937, a Carteira de Crédito

Agrícola e Industrial (Creai), que animou atividades específicas pelo país afora. O Banco Central do Brasil só veio a ser criado em 1964, por meio da Lei nº 4.595.

Logo após o surgimento do BNDE, nascia, em 19 de julho de 1952, o Banco do Nordeste, primeira entidade pública federal comprometida com o fomento econômico regional. Estavam constituídas as bases de instituições financeiras voltadas para o desenvolvimento.

Na década seguinte, passaram a ser criados os bancos de desenvolvimento estaduais, cujo primeiro, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), de 1961, na verdade, uma entidade organizada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento nos seus territórios. Com o mesmo propósito, o governo mineiro fundou o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1962, comprometido apenas com a economia do seu estado.

A nova instituição financeira de Minas (BDMG), desde seu início, organizou-se no sentido de fomentar a expansão da economia da região onde atuava, a partir de estudos e recomendações de equipes técnicas bem qualificadas que arregimentou sobretudo no meio universitário. Promoveu pesquisas e animou seminários voltados para seus objetivos, vários dos quais com resultados que tiveram influência nos meios nacionais.

A CRIAÇÃO DA ABDE

A propósito, vale lembrar que quando os bancos de desenvolvimento estaduais começaram a surgir não dispunham de organização nacional específica e costumavam participar de reuniões organizadas pelas entidades bancárias comerciais, até então as únicas existentes no país, com exceção do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, ambos que também operavam na faixa do desconto a que se dedicava o conjunto das sociedades privadas. O BNDE não participava.

Numa dessas reuniões, em 1967, o presidente do BDMG encaminhou sugestões e as defendeu oralmente, solicitando que constassem das matérias componentes da pauta. No encerramento, ou seja, na hora da votação, nada do que fora proposto por ele constou na solução do que seria decidido. Houve uma outra reu-

nião extraordinária, no princípio de 1968. E tudo se repetiu. Logo depois, em conversa com o presidente do BRDE, Jorge Babô Miranda, e com o presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), Jairo Ortiz Gomes Oliveira, constatou-se que os três tinham a mesma convicção. Ali só se tratava de interesses dos bancos comerciais.

Em consequência, o presidente do BDMG deixou de participar da reunião ordinária do ano, solicitando ao seu colega diretor da agência Rio de Janeiro, José Hugo Castelo Branco, que o substituísse, levando consigo a incumbência de discutir com Babô Miranda e Jairo Ortiz sobre a possibilidade de realizar-se uma reunião de que participariam apenas os bancos de desenvolvimento, a fim de criar-se uma entidade nacional dedicada a encaminhar e defender os interesses do conjunto, modelando suas ações. As despesas com a assembleia correriam por conta do BDMG. Ambos apoiaram a ideia com entusiasmo, marcando-se o evento para março de 1969, em Araxá.

A Assembleia prolongou-se ao longo de três dias com vários encontros formais entre técnicos preocupados em debater processos de fomento econômico, mas marcando cada dia uma sessão plenária, presidida pelo governador Israel Pinheiro, com tempo reservado para a fala de um ministro de Estado: Hélio Beltrão, na abertura; Costa Cavalcante, na segunda; e Delfim Netto, no encerramento. Também estiveram presentes o presidente do Banco Central, Ernani Galvêas; Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil; e diversos chefes e diretores de instituições federais e estaduais. Só o presidente do então BNDE não compareceu.

Foi um sucesso superior às melhores previsões. Mais de cinco dezenas de técnicos dos bancos participantes expuseram teses nas diversas reuniões temáticas. Ao longo do congresso, o assunto esteve em foco na grande imprensa nacional, com registros da iniciativa do BDMG no sentido de modelar a ação dos bancos de desenvolvimento comprometida com visão macroeconômica rigorosa, nas análises dos projetos e nos controles das aplicações.

O resultado foi a criação da ABDE, cinquenta anos atrás, cuja primeira reunião, depois de constituída formalmente, já contava com 17 entidades de 15 estados diferentes, que se haviam escrito como sócios fundadores. Tratou-se, portanto, de sucesso retumbante em virtude de sua ressonância.

Nos seus primeiros anos, a ABDE manteve relações fáceis com as autoridades financeiras e de planejamento nacionais, sendo ouvida diversas vezes por elas. Essa circunstância se enfraqueceu com o início dos reflexos do Consenso de Washington aqui no Brasil, chegando ao ponto de o Banco Central induzir a maioria dos bancos de desenvolvimento a transformarem-se em agências financeiras. Salvo engano, apenas três resistiram: o BRDE, do Extremo Sul; o BDMG, de Minas Gerais; e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Foi um erro do Banco Central porque as

O resultado foi a criação da ABDE, cinquenta anos atrás, cuja primeira reunião, depois de constituída formalmente, já contava com 17 entidades de 15 estados diferentes, que se haviam escrito como sócios fundadores. Tratou-se, portanto, de sucesso retumbante em virtude de sua ressonância.

entidades de fomento financeiro nos estados não se deixavam envolver em interesses políticos, diferentemente dos comerciais, até pelas exigências técnicas de suas resoluções.

Hoje, a ABDE vai bem; fico feliz quando a vejo presente, defendendo com bons argumentos os interesses que lhe parecem mais adequados às conveniências do conjunto, nas reuniões da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide), da qual sou conselheiro permanente. Não tem empecilho para defender as posições legítimas de seus associados, mas, no meu juízo, deve empenhar-se sobretudo a persuadi-los a serem os mais rigorosos possíveis no controle de suas aplicações e atuar no sentido de garantir, pelo menos às agências de maior porte, meios para tornarem-se bancos, sem restrições extraordinárias.



Divulgação

**HINDEBURGO
CHATEAUBRIAND PEREIRA
DINIZ**

Ex-presidente do BDMG. Foi um dos fundadores e, posteriormente, presidente da ABDE.